

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT20.029

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS ANOS (2017-2022)

VIRGÍNIA SANTOS DE HOLANDA VIEIRA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), virginiashv07@gmail.com

ANDREZA MARIA DE LIMA

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do IFPE. Atua nas licenciaturas de Física e Matemática do Campus Pesqueira. É professora permanente do ProfEPT, no Campus Olinda, andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br

RESUMO

Neste artigo, recorte de uma pesquisa maior, analisamos a produção científica da Pós-Graduação brasileira sobre os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no período de 2017 a 2022. O estudo é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, do tipo Estado da Arte. Para a coleta dos trabalhos, consultamos o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Para a análise, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categral Temática. Localizamos 13 dissertações, que foram lidas na íntegra. Os resultados das produções indicaram que os servidores TAEs, mesmo que estejam preocupados com o desenvolvimento da sua carreira profissional, possuem relação direta ou indireta nas atividades de ensino. Por isso, esses servidores precisam entender os objetivos da Instituição em que estão inseridos, podendo, assim, contribuir de maneira mais eficaz na formação humana dos discentes. Destacamos a necessidade de estudos sobre o tema, principalmente sobre a relação direta entre os servidores TAEs e as atividades de ensino no Ensino Médio Integrado.

Palavras-chave: Servidores Técnico-Administrativos em Educação; Institutos Federais; Produção científica.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio Integrado (EMI) é uma proposição pedagógica que se compromete com uma formação integral, pois compreende, como direito de todos, o acesso a um processo formativo que promova o desenvolvimento dos estudantes em suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAÚJO, 2022).

No Brasil, a Educação Profissional emerge com o objetivo de direcionar esforços para amparar e assistir os desvalidos da sorte¹ que não tinham um ensino qualificado. No início do século XX, no entanto, teve-se a substituição do caráter assistencialista para dar direcionamento a preparação para o exercício da profissão (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Dessa forma, com os avanços no âmbito educacional, em setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices distribuídas pelas unidades da Federação que, após significativas modificações estruturais ao longo dos anos, passou a ter uma nova institucionalidade com a criação dos Institutos Federais (OLIVEIRA, 2014).

A instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) trouxe um novo paradigma de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Conforme o Artigo 2º da referida Lei, os Institutos são “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]”. Essas instituições buscam romper com os modelos hegemônicos de exclusão social e que apartam a educação e o trabalho.

A Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), no inciso 1º do artigo 7º, preceitua, como objetivo dos Institutos Federais, “ministrar Educação Profissional técnica de nível médio, **prioritariamente na forma de cursos integrados**, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008, grifos nossos). Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 15) defendem que o ensino integrado permitirá ao jovem estudante “[...] a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais e políticos do atual sistema produtivo”.

De acordo com Ciavatta e Ramos (2012, p. 308), no EMI, a integração não está atrelada à exclusiva junção do Ensino Médio à Educação Profissional, mas na constituição do Ensino Médio como um processo formativo que integre as dimensões

1 Expressão social dos conflitos travados pela parcela da classe trabalhadora no contexto educacional.

estruturantes da vida, isto é, trabalho, ciência e cultura. Busca, dessa forma, a superação das desigualdades entre as classes sociais, possibilitando ao educando a “[...] compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 308).

A pluralidade de instituições que compõem a RFEPCT, em especial a quantidade de **Campi** dos Institutos Federais espalhados em todo o território nacional, evidencia a diversidade de alunos, professores e TAEs que compõem essas instituições. Desse modo, entendemos que a efetiva implementação do EMI no âmbito dos Institutos Federais está condicionada ao envolvimento dos mais diferentes atores escolares na construção do projeto institucional.

Para alinhar as práticas profissionais aos valores e diretrizes institucionais, é necessário a ampliação de estratégias de envolvimento e do compartilhamento de saberes entre os servidores dessas instituições e a comunidade escolar, de um modo geral. Por isso, é fundamental que haja, no âmbito dessas instituições, uma formação “[...] em que os aspectos científicos, tecnológicos, humanísticos e culturais, sejam incorporados e integrados” (MOURA, 2014, p. 44) por parte de todos que delas fazem parte.

De acordo com Ciavatta (2005), a formação integrada é um projeto social. Nesse sentido, considerando que os TAEs compõem a comunidade acadêmica, temos como pressuposto que esses profissionais também colaboram para a formação integrada, pois, de acordo com Leão (2009, p. 314), a “[...] educação não se dá apenas na sala de aula, mas em outros espaços em que também são transmitidos saberes e valores fundamentais na formação para a cidadania”. Furtado, Machado e Sousa (2020) defendem que as Instituições devem considerar que os TAEs são parte relevante na construção de um processo educativo nas Instituições de ensino. Assim, tornam-se imprescindíveis no alcance dos objetivos institucionais associados à construção dos saberes em conformidade com as diretrizes dos Institutos Federais.

Roskopf (2020, p. 10) define o TAE como servidor público que “[...] executa suas funções em uma instituição de ensino federal e pode exercer atividades mais orientadas para áreas específicas do cargo e ambiente organizacional ou relacionadas com a atividade-fim da instituição (a educação)”. Os TAEs, portanto, integram diferentes atividades das Universidades e Institutos Federais e desenvolvem ações permanentes vinculadas à área administrativa, ao ensino, à pesquisa ou à extensão, podendo ser alçados a cargos de direção ou funções gratificadas de chefia, nos

termos do regime jurídico dos servidores públicos civis da União (BRASIL, 2005; BRASIL, 1990).

Os TAEs são servidores públicos devidamente nomeados para ocuparem cargos públicos, cujas diretrizes são regidas pela Lei nº 8.112/1990, que estabelece o arcabouço jurídico que disciplina os funcionários civis da União, assim como das autarquias e fundações públicas federais (BRASIL, 2008).

No que tange à sua carreira, os TAEs são regidos pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), que foi estabelecido pela Lei nº 11.091/2005 (BRASIL, 2005). Segundo esse dispositivo legal, em seu artigo 2º, as Instituições Federais de ensino são organizações públicas subordinadas ao Ministério da Educação, que centralizam suas atividades essenciais nos domínios do ensino, da pesquisa e da extensão.

Delineando uma estrutura de carreira, a mencionada regulamentação, no inciso II do art. 5º, define o nível de classificação dos TAEs como “[...] conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições” (BRASIL, 2005).

Na esfera dos Institutos Federais, os TAEs desempenham um papel integral no quadro de pessoal permanente. Compreendendo uma diversidade de funções, ocupam cargos abrangentes, como, por exemplo, médicos, administradores, pedagogos, técnicos em agropecuária, assistentes em administração, assistentes de alunos, entre outros, sendo cruciais para assegurar a contínua operação da instituição em variados setores e âmbitos (BRASIL, 2005). Nesse contexto, eles desempenham um papel fundamental para manter as diretrizes e objetivos institucionais.

Nesse contexto, neste artigo, recorte de uma pesquisa maior, analisamos a produção científica da Pós-Graduação brasileira sobre os servidores TAEs nos Institutos Federais no período de 2017 a 2022. Este estudo faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no mestrado de modalidade profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que tem, por objetivo geral, analisar as representações sociais do Ensino Médio Integrado de servidores TAEs atuantes na área de ensino da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). A Teoria das Representações Sociais, criada por Serge Moscovici, se propõe a estudar os saberes práticos, isto

é, as representações sociais compartilhadas advindas do consenso de um determinado grupo social, diferentemente do que se produz enquanto ciência formal (JODELET, 2009).

As pesquisas denominadas de “Estado da Arte” têm se destacado como um instrumento valioso para a compreensão abrangente e sistemática das tendências, lacunas e avanços em um determinado campo de conhecimento. Essas investigações críticas permitem mapear e analisar de forma criteriosa as principais produções científicas sobre um tema específico, proporcionando uma visão consolidada do estado atual do conhecimento e direcionando futuras investigações.

Nesse sentido, autores como Silva e Souza (2018) e Lima *et al.* (2020) destacam a importância das pesquisas de “Estado da Arte” como subsídio essencial para embasar a construção de fundamentos teóricos sólidos e embasados empiricamente em trabalhos acadêmicos e científicos. A análise criteriosa das referências e a identificação de padrões e lacunas constituem aspectos centrais desse tipo de pesquisa, permitindo que os pesquisadores contribuam de maneira significativa para o avanço do conhecimento em sua área de estudo.

ENSINO MÉDIO INTEGRADO: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

O EMI busca eliminar um ensino fragmentado e voltado aos interesses capitalistas e às classes sociais mais favorecidas. Isso porque vai de encontro à proposta de que caberá aos trabalhadores um ensino estritamente técnico e focado na sua atuação manual no trabalho, enquanto a uma pequena parcela da população privilegiada caberá o estímulo ao pensamento e ao desenvolvimento do intelecto (CIAVATTA, 2014; GRAMSCI, 2004).

A construção de uma sociedade pautada nos parâmetros capitalistas ampliou a dualidade estrutural. De acordo com Moura (2008, p. 8), passou a haver uma clara “[...] distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam atividades”. Construiu-se, assim, uma educação focada no desenvolvimento intelectual de uma pequena parcela da sociedade direcionada a se transformar em futuros dirigentes, culminando com a reprodução de classes sociais privilegiadas em detrimento de outras (MOURA, 2008).

Kuenzer (2010) defende que essa forma fragmentada de conceber o ensino advém da realidade histórica de valorização do capital que implicou em uma

acentuada divisão social do trabalho. Assim, a classe dominante deveria deter o poder de conhecimentos específicos destinados à formação de dirigentes, e a classe trabalhadora deveria ser formada exclusivamente para atendimento à necessidade de mão de obra do mercado de trabalho (CIAVATTA, 2014).

Na contramão dessa realidade, a perspectiva Gramsciana aponta um caminho de reestruturação da Educação Profissional como fortalecimento de transformação dos indivíduos. Para isso, defende o rompimento de um modelo fragmentado que aparta educação e trabalho em prol do surgimento de uma educação que invista no desenvolvimento integral do sujeito (GRAMSCI, 2004). Trata-se da oferta de uma educação norteadada pela formação omnilateral, que concebe o ser humano em sua multidimensionalidade (MANACORDA, 2010).

Nesse sentido, Saviani (2015) aponta a educação e trabalho sob a perspectiva teórica gramsciana de concepção de trabalho como princípio educativo. Segundo Sanceverino (2016), o trabalho como princípio educativo é retratado como capaz de reconhecer a educação e o trabalho como elementos que se retroalimentam e vão de encontro ao caráter dicotômico da educação brasileira, cuja oferta do ensino propedêutico é direcionado às classes dominantes e da preparação para o trabalho às populares (CIAVATTA, 2014).

Gramsci (2004) defende que a fragmentação dos saberes e das concepções educativas vão de encontro à proposta de ter na educação e no trabalho pilares de construção do desenvolvimento integral do estudante, observando-se a sua formação humana e cidadã. Para Gramsci (2004), a dualidade entre educação e trabalho no processo educativo contribui com a exclusão social e elimina oportunidades para a consolidação, cada vez mais, da democratização dos saberes para toda sociedade.

Della Fonte (2018, p. 11) corrobora com esse entendimento ao ratificar que a ligação entre o trabalho e a formação humana é tão vital que “[...] se apresenta o trabalho como uma ação que instaura relações do ser humano com a natureza e com outros seres humanos”. Assim, verifica-se que as origens da formação integral são associadas às perspectivas de contemplar todas as esferas que abrangem a vida do sujeito, tais como: físico, cultural, científico e político. Noutras palavras, defende-se uma formação *omnilateral* do indivíduo, isto é, a formação de um cidadão capaz de atuar nos diferentes espaços da vida e do ambiente profissional (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015).

Conforme Ciavatta (2005, p. 2-3), o EMI trata-se de uma oportunidade de garantir ao estudante o direito a “[...] uma formação completa para a leitura do mundo e para atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

Assim, essa proposta educacional se apresenta como capaz de promover uma formação que abrange os diferentes aspectos da multidimensionalidade do indivíduo e proporciona a formação humana no sentido mais amplo. Nessa esteira, tem-se o trabalho como um princípio que incorpora a construção dos saberes, ou seja, o trabalho como princípio educativo, cujo aspecto intelectual é concatenado ao trabalho produtivo, objetivando à formação integral do ser, ou seja, à sua formação omnilateral (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Ramos (2008) define dois pilares conceptuais de uma educação integrada: um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitário, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional.

Desse modo, a concepção do trabalho como princípio educativo emerge com vistas à substituição de uma cultura em que os interesses capitalistas hegemônicos focados no mercado de trabalho são sobrepostos pela construção de um espaço em que o trabalho compõe a função social da educação (OLIVEIRA, 2014). Essa função social reconhece uma necessária formação plena do indivíduo e se apresenta como capaz de possibilitar a superação das concepções que às classes sociais desfavorecidas cabiam o trabalho manual e à elite o trabalho intelectual (CIAVATTA, 2014).

O EMI vem se consolidando como uma transformadora modalidade de ensino, pois articula a formação profissional do indivíduo à educação básica, de modo que a construção dos conhecimentos ocorra de forma integrada e eliminando as barreiras que geram a fragmentação dos saberes (SILVA; SANTOS, 2020). Com o EMI, tem-se uma proposta de integração dos conhecimentos gerais e específicos que torna os indivíduos capazes de compreender os conhecimentos e aplicá-los integralmente (SAVIANI, 2014). Para Ciavatta (2005, p. 2), “[...] a formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Assim, busca-se superar as concepções que buscavam a preparação para o trabalho no seu aspecto operacional, simplificado e fragmentado.

O EMI tem como base estruturantes a Ciência, a Cultura, a Tecnologia e o Trabalho como princípio educativo, uma vez que são concebidas com vistas à concretização de uma formação omnilateral, cujo exercício da cidadania esteja inerente à construção dos conhecimentos para “[...] efetiva participação do indivíduo nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida” (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 298).

Assim, a formação integrada busca responder “[...] às necessidades do mundo do trabalho permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas, geradoras de valores, fontes de riqueza”, como também formação humana para “[...] garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (CIAVATTA, 2005, p. 2-3).

Quanto ao trabalho como princípio educativo, verifica-se nele como parte constitutiva da compreensão das dinâmicas socioprodutivas para agregar não uma preparação profissional exclusiva do trabalho, mas para a compreensão das dinâmicas da sociedade moderna, “[...] suas conquistas e os seus revezes, e habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (RAMOS, 2008, p.4).

A relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura compreende o trabalho como princípio educativo, em que o sujeito é produtor de sua realidade, apropria-se dela e pode transformá-la (RAMOS, 2008). Dessa forma, Moura (2012) complementa que uma formação humana e integral voltada à construção da cidadania plena e autônoma do indivíduo depende da integração desses pilares de modo que eles conjuntamente desenvolvam o sujeito e a sua multidimensionalidade.

Diante do exposto, torna-se fundamental que os profissionais que atuam nos IFs, incluindo, portanto, os TAEs estejam alinhados com os pressupostos da formação integral que fundamenta o EMI, de modo a favorecer o desenvolvimento humano e social dos estudantes.

METODOLOGIA

O estudo é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, habitualmente chamado de “Estado da Arte”, como já mencionamos.

Para a coleta dos trabalhos, utilizamos as bases de dados do Observatório do ProfEPT e o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando o período de 2017 a 2022. Destacamos que, no banco de dados do Observatório do ProfEPT, realizamos a pesquisa entre os anos de 2019 e 2022, uma vez que o Programa teve início em 2017 e suas produções começaram a ser disponibilizadas a partir do ano de 2019, ano de lançamento desse banco de dados.

No processo de coleta dos trabalhos, no banco de dados da CAPES, utilizamos as expressões: “Servidor Técnico-Administrativo”, “Ensino Médio Integrado” e “Instituto Federal”, com filtros restritos a “educação”, considerando o período de 2017 a 2022. Utilizamos os operadores booleanos AND (que significa E) e as aspas (apresenta resultados das palavras juntas, termos compostos), pois o uso desses recursos auxilia a obter resultados mais precisos, restringindo a abrangência da pesquisa. No que diz respeito à consulta realizada no sítio do Observatório ProfEPT, utilizamos apenas a palavra-chave “técnico-administrativo”.

A opção pela utilização de descritores diferentes na plataforma CAPES e no Observatório do ProfEPT deu-se pela necessidade de, na primeira base, realizarmos uma busca mais direta, devido a amplitude de público e cenários educacionais de produções científicas. Já para a segunda base, utilizamos apenas o termo “técnico-administrativo”, com o objetivo de trazer como resultado apenas os trabalhos que envolveram servidores TAEs, uma vez que essa plataforma traz as produções realizadas exclusivamente pelos Institutos Federais associados ao ProfEPT. Na busca, fizemos a seleção dos trabalhos através da leitura dos seus títulos, resumos e palavras-chave.

Após a triagem, realizamos a análise dos trabalhos localizados nas plataformas com o apoio da Técnica de Análise de Conteúdo Categórica Temática. Bardin (1977, p. 42) define a Análise de Conteúdo como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

A Técnica possui três fases: 1) **pré-análise** - momento em que fizemos a organização do material, com base em uma leitura dos trabalhos coletados; 2) **exploração do material** - nesta fase, fizemos a descrição analítica dos achados e, em seguida, a categorização e codificação; e 3) **tratamento dos resultados, inferências e interpretação** - em que realizamos a interpretação do material.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizamos um total de 11 dissertações e, a partir da análise, construímos duas categorias temáticas: 1) *Servidores TAEs: carreira e reconhecimento profissional* - trabalhos que tratam sobre a carreira e como os servidores TAEs se reconhecem profissionalmente; 2) *Servidores TAEs: percepções sobre objetos que envolvem a EPT* - trabalhos que abordam percepções de servidores TAEs sobre as concepções pedagógicas dos IFs, o EMI, à formação omnilateral e mudanças institucionais. Nos limites deste artigo, apresentamos e discutimos a segunda delas.

Dos 11 trabalhos localizados, classificamos quatro trabalhos na categoria "*Servidores TAEs: percepções sobre objetos que envolvem a EPT*", sendo três produzidos em mestrados profissionais (BAZANA, 2022, FURTADO, 2020, JARDIM, 2020) e um em mestrado acadêmico (PAISLANDIM (2017)).

Bazana (2022) em sua pesquisa de mestrado profissional, teve por objetivo conhecer a percepção dos TAEs do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) dos *campi* Concórdia e Blumenau e da Reitoria acerca da concepção pedagógica dos IFs. A pesquisadora utilizou em seu referencial teórico: Frigotto (2018), Oliveira (2003), Gramsci (2000), Antunes (1999), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2006), Ramos (2010) e Pacheco (2015).

Em seu estudo, Bazana (2022) realizou uma pesquisa qualitativa com objetivo exploratório, do tipo estudo de caso. A pesquisadora realizou a coleta de dados através de um questionário *on-line* com 63 servidores TAEs lotados nos *Campi* Blumenau, Concórdia e na Reitoria do IFC. Para a análise dos dados, Bazana (2022) fez uma análise comparativa com os questionários respondidos. Não localizamos a técnica de análise utilizada pela pesquisadora no trabalho.

A pesquisadora conclui que o TAE que pode ser considerado um educador é aquele que compreende o resultado de sua ação laborativa diária, conhecendo a instituição e seus processos constituintes (conflitos, interesses que estão em jogo, contradições).

Como Produto Educacional, Bazana (2022) criou um guia de leitura crítica para Projetos Político-Pedagógicos de Institutos Federais.

Furtado (2020), no seu estudo de mestrado profissional, teve como propósito conhecer as percepções dos TAEs do *campus* Rio Pomba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF-Sudeste MG) sobre o EMI e os objetivos dos Institutos Federais. Para as bases conceituais do estudo, a

pesquisadora utilizou Moura (2007), Saviani (2007), Araújo e Frigotto (2015), Moura, Lima Filho e Silva (2015), Ramos (2008, 2014), Pacheco (2010, 2011), Ciavatta (2005) e Kuenzer e Grabowski (2006).

Furtado (2020) realizou uma pesquisa qualitativa através de estudo de caso e realizou a coleta em três etapas. Na primeira, fez uma revisão bibliográfica sobre as bases conceituais da EPT, os Institutos Federais, os TAEs e a legislação pertinente ao objeto de estudo. Na segunda etapa, realizou uma pesquisa documental para traçar o perfil dos TAEs do **campus** Rio Pomba. Para a última etapa, utilizou-se da entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados, recorreu à técnica Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011).

Como resultado da pesquisa, Furtado (2020) concluiu que os TAEs têm conhecimentos superficiais sobre o EMI e os objetivos dos institutos. Contudo, percebem sua participação na formação do aluno somente de forma indireta e como apoio ao ensino formal, participando inconscientemente da formação cultural, física e psicológica do aluno, por ser parte inerente às suas atividades laborais.

Como Produto Educacional, Furtado (2020) elaborou uma cartilha educacional intitulada “A Educação Profissional e Tecnológica e os Objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, que foi distribuída **on-line** com o objetivo de introduzir conceitos sobre a EPT nos Institutos Federais e instigar a busca pelo aprofundamento do estudo e de sua importância para o trabalho dos servidores TAEs e para formação integrada nos Institutos Federais.

Jardim (2020), em seu estudo de mestrado profissional, objetivou discutir as contribuições dos Servidores TAEs do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) - **campus** Jequié para a formação omnilateral dos discentes. Para isso, utilizou, em sua fundamentação teórica, autores como: Frigotto (2012), Manacorda (2017), Ponce (1989, Saviani (1994, 2003, 2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Ciavatta (2009), Antunes (2009), Gramsci (1968), Mochcovith (2004), Chauí (2004), Libâneo (2004), Severino (2002), Moura (2007), Paro (2016) e Joahn (2009).

Como percurso metodológico, Jardim (2020) fez uso da pesquisa qualitativa, dos tipos bibliográfica, documental e de campo. Os participantes foram 21 servidores TAEs de todos os níveis de escolaridade do **campus** Jequié do IFBA, que foram convidados a participar de forma voluntária das entrevistas semiestruturadas. Após a coleta, a pesquisadora utilizou a Técnica de Análise de Conteúdo para interpretar os dados.

Jardim (2020), ao fim de seu estudo, concluiu que os servidores TAEs têm participação direta como contribuintes em ações e atividades voltadas para os discentes, contudo, avalia que os TAEs, em sua maioria, desconhecem as concepções norteadoras da formação integral do discente da EPT (omnilateralidade, politecnicidade e trabalho como princípio educativo), ressaltando a necessidade de uma formação nas bases conceituais da EPT para os servidores TAEs.

O Produto Educacional desenvolvido foi um sítio eletrônico, classificado como Blog Temático, cujo título é "Formação integral na EPT: para além do capital e da sala de aula".

Paislandim (2017), em sua pesquisa de mestrado acadêmico, objetivou compreender as transformações que ocorreram quando da passagem da Escola Técnica Federal de Goiás para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) através das biografias-narrativas dos servidores TAEs que atuaram na instituição no período de 1999 a 2014. No referencial teórico, recorreu a Saviani (2007), Sanfelice (2007), Bolívar (2014), Silva (2002) e Libâneo (2013).

Em seu estudo, Paislandim (2017) recorreu ao método biográfico narrativo como metodologia. Realizou uma pesquisa bibliográfica e documental, e aplicou uma entrevista semiestruturada para os quatro servidores TAEs participantes da pesquisa. Para análise dos dados, utilizou a análise narrativa.

Paislandim (2017) conclui que as transformações pelas quais a instituição passou a partir de 1999 foram, tanto para a instituição, como para os seus servidores TAEs, um período de instabilidade e incertezas, que levou a instituição a procurar novamente seu significado e a reconstrução da sua identidade.

De maneira geral, após a análise dos trabalhos coletados, destacamos que os autores citados mais de três vezes foram: Demerval Saviani, Maria Ciavatta, Marise Nogueira Ramos e Gaudêncio Frigotto.

Os trabalhos localizados utilizaram a abordagem metodológica qualitativa. No tocante às técnicas de coleta utilizadas, a maioria fez uso de mais de um instrumento de coleta, sendo a entrevista semiestruturada a mais utilizada. No tocante à análise de dados, a Técnica de Análise de Conteúdo destacou-se, tendo sido utilizada em três trabalhos. Em um deles (Bazana 2020) não localizamos a técnica de análise utilizada.

Sobre o campo empírico dos trabalhos localizados, detectamos pesquisas realizadas em diversas regiões brasileiras. Na região Sul: Santa Catarina (um); na

região Sudeste: Minas Gerais (um), na Região Nordeste: Bahia (um); e na região Centro-Oeste: Goiás (um).

No que diz respeito aos participantes das pesquisas, constatamos em todos os trabalhos a participação de TAEs de variados cargos e níveis de classificação (de acordo com a escolaridade definida no PCCTAE), que atuam ligados tanto aos departamentos de ensino como aos departamentos administrativos dos Institutos.

Nessa categoria, percebemos que os resultados concentram-se na importância do papel dos TAEs nos Institutos Federais, evidenciando a necessidade de uma formação mais integrada e uma reflexão constante sobre o papel desses profissionais no cenário educacional, resultando em uma atuação cada vez mais eficaz e alinhada com os propósitos educacionais dessas instituições, sugerindo a necessidade de os servidores TAEs terem conhecimento do seu papel como atores importantes na formação discente, atuando, mesmo que indiretamente, na formação do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, recorte de uma pesquisa maior, tivemos como objetivo analisar a produção científica na Pós-Graduação brasileira sobre os servidores TAEs nos Institutos Federais no período de 2017 a 2022. Os resultados apontam que ainda são escassos os estudos sobre o tema. No entanto, as pesquisas encontradas ofereceram contribuições relevantes para o âmbito da EPT nos Institutos Federais.

Os trabalhos discutidos neste artigo tiveram o foco voltado às percepções dos servidores TAEs sobre os seguintes objetos: a formação omnilateral dos estudantes, as concepções pedagógicas dos IFs, o EMI e as mudanças institucionais. Isto é, apenas uma produção científica teve foco no EMI. Contudo, os resultados das pesquisas encontradas também evidenciaram a relevância de os servidores TAEs entenderem seu papel na formação dos estudantes, assim como nos princípios institucionais e, sobretudo, nos fundamentos do EMI.

As diretrizes que integram o papel dos TAEs no seu respectivo PCCTAE condicionam que a atuação desses profissionais favoreça o fortalecimento das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, independentemente das suas atribuições específicas. As ações dos TAEs devem colaborar para a implementação de um ensino de qualidade, sem perder de vista a formação humana dos estudantes, sendo essencial que essas ações estejam alinhadas de maneira consistente com os princípios

institucionais, a fim de desempenhar um papel efetivo na consolidação do EMI, independentemente do nível de classificação estruturado pelo PCCTAE.

Por fim, considerando o objetivo geral da pesquisa de mestrado, salientamos que, neste estudo, não encontramos estudos à luz da Teoria das Representações Sociais. Logo, faz-se necessário ressaltar a importância de estudos embasados nessa Teoria, uma vez que ela permite a compreensão de como os servidores TAEs estão envolvidos no universo do EMI no que diz respeito aos conhecimentos, vivências e experiências que fortaleçam a implementação desse ensino com os objetivos a que se propõe. Assim, reafirmamos a importância de estudos sobre servidores TAEs segundo os princípios dessa Teoria.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. M. **Educação e criticidade:** uma análise sobre a percepção teórica a partir dos projetos pedagógicos institucionais dos Institutos Federais de Educação do Nordeste. 2022. 54 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

Bazana, P. L. **Percepção dos TAEs sobre a concepção pedagógica nos Institutos Federais.** 2022. 149 p. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal Catarinense. Campus Blumenau. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 42 p. 1977

BRASIL. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 Dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm.

BRASIL. **Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 Jan. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 11-37, 2012.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p.187-205, jan. /abr., 2014.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018. DOI: 10.36524/profept.v2i2.383. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FURTADO, E. de O. C.; MACHADO, A. F. da V.; SOUSA, H. N. de. A importância dos técnico-administrativos em educação do Campus Rio Pomba do IF SUDESTE MG na consolidação do ensino médio integrado através da gestão democrática-participativa. **e-Mosaicos**, [S.l.], v. 9, n. 21, p. 93-106, jul. 2020. ISSN 2316-9303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46442>.

Furtado, E. de O. C. **Técnico-administrativos em Educação dos Institutos Federais: suas percepções sobre o ensino médio integrado, demais objetivos institucionais e a formação do aluno**. 2020. 117 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Rio-Pomba. 2020.

GRAMSCI, A. Caderno 12. In: **Cadernos do Cárcere**. Vol 2 (Os intelectuais. o princípio educativo. jornalismo.) Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Jardim, E. Q. **Contribuições dos servidores técnico-administrativos em educação para a formação omnilateral dos discentes:** o caso do campus Jequié, do Instituto Federal da Bahia. 2020. 108 p. Dissertação (Mestrado). Instituto Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. 2020.

JODELET D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Soc. Estado**. 2009;24(3):679-712. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922009000300004>

KUENZER, A. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011/2020. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010.

KUENZER, A.Z; GRABOWSKY, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p.297- 318, jan./jun. 2006.

LEÃO, R. F. Organização e valorização dos funcionários. Cenário Atual e Desafios. In: **Revista Retrato da Escola**, Brasília, v.3, n.5, p.313-323, jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/25-735-1-PB.pdf>.

LIMA, V. R. A. et al. Estado da arte sobre o uso de resíduos de rochas ornamentais na construção civil. **Revista Matéria**, v. 25, n. 3, e12836, 2020

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010.

MOURA. D. H. A formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, 2008.

MOURA, D. H. **A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante:** trabalho, ciência, tecnologia e cultura. 2012

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na Educação Profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 3).

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20 n. 63 out.-dez. 2015

OLIVEIRA, R. de. Por uma Educação Profissional democrática e emancipatória. In:_____ (Org). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional:** políticas públicas em debate (Org.). 1ª reimp. - Campinas, SP: Papirus, 2014. (p. 83-106). 2014

Paislandim, I. F.. **O Instituto Federal de Goiás (IFG) de 1999 a 2014:** narrativas dos servidores técnico-administrativos. 2017. 182 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação. Catalão. 2017.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação e Trabalho. **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional:** concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública estadual do Paraná. Curitiba, SEED-PR, 2008.

ROSSKOPF, D. H. **O servidor técnico-administrativo em educação:** um estudo de caso sobre autorreconhecimento profissional no IFSUL - Câmpus Camaquã. 133 p. Dissertação de Mestrado em Educação - Instituto Federal de Educação Sul-Riograndense, Charqueadas, 2020.

SANCEVERINO, A. R.. Mediação pedagógica na educação de jovens e adultos: exigência existencial e política do diálogo como fundamento da prática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, p. 455-475, abr. 2016

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre as ciências**, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014.

SAVIANI, D. **Sobre a natureza e especificidade da educação. Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.13575. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575>.